



A saída de menor custo

► Não é possível deixar de investigar o que aconteceu e ponderar se os fins realmente justificaram os meios

A sangrenta oposição às reformas na economia brasileira vem principalmente do poderoso corporativismo que se instalou no alto estamento do funcionalismo público federal dos Três Poderes e do Ministério Público. Na confusão da Constituição de 1988, e graças ao laxismo de todos os governos posteriores, ele acumulou uma carga insuportável de direitos “mal” adquiridos. O poder no Brasil de hoje está claramente concentrado nas mãos dessa “elite rentista” que vive da extração dos frutos produzidos pelo até agora distraído trabalhador privado. Isso se prova sem delação premiada: o valor da aposentadoria média dos primeiros é 12 vezes maior que a dos segundos! É preciso gritar alto: o corporativismo rentista recebe, em média, por mês, o que o descuidado trabalhador do setor privado recebe por ano. Mas isso é “em média”. Como a variação salarial é muito grande, ousou dizer que no “topo” do corporativismo há alguns que recebem por mês o que o trabalhador do setor privado receberá em 36 meses.

No ano entre maio de 2016 e maio de 2017, a luta foi dura. É inegável, entretanto, que as medidas propostas por Temer

vêm sendo aprovadas pelo Congresso e que os primeiros e tênues sinais da melhora da “conjuntura” começam a aparecer. Infelizmente, um chefe de quadrilha, numa operação bem montada para ouvir o presidente, fez uma delação realmente “premiada”. Lançou uma confusão geral e escafedeu-se. Deslocou-se gloriosamente, com armas e bagagens, para onde tem, hoje, a maior parte do patrimônio que furtou da sociedade brasileira. Por que não?

O quadro é triste, opaco e embaraçoso. Temos de insistir na presunção da inocência e admitir a defesa mais ampla e plena, mas não podemos ignorar que o mal está feito. E que não pode ser desfeito. A crescente indignação da sociedade com a desfaçatez do “capo da quadrilha” e as circunstâncias teatrais em que se deu a armação bem-sucedida exigem o avanço das investigações para que cada um esclareça, se puder, o que fez.

Antes de prosseguir, uma advertência: a questão nada tem a ver com a Operação Lava-Jato, como sugerem pescadores de águas turvas. Ela já é um ponto de inflexão na história do Brasil. Goste-se ou não, é hoje, de fato, a única unanimidade nacional. Se, no curto prazo, produziu alguns inconvenientes, é preciso reconhecer que, no longo prazo, será, provavelmente, a melhor coisa que nos poderia ter acontecido. Expôs as entranhas de um “capitalismo de compadres” promovido pelo Poder Executivo, que, este sim, atrasou o desenvolvimento do País. Mostrou, como se pôs em risco os próprios fundamentos da ordem democrática porque os quadrilheiros capturaram, também, o Poder Legislativo. Institucionalizada, a Lava-Jato será o “novo normal”, quando

se esgotarem seus atuais clientes, pela mudança de comportamento que imprimiu à responsabilidade empresarial e aos agentes públicos. É por isso que é preciso brindá-la e recomendar-lhe a mais absoluta objetividade acompanhada do mais absoluto autocontrole. Seu desejado sucesso depende de sua resistência à tentação de abusar do poder.

Não é possível deixar de investigar o que realmente aconteceu e ponderar se os fins realmente justificaram os meios. É impossível inocentar Temer *a priori*, como se fez com o capo da quadrilha. Há, entretanto, um caminho de “menor custo social” que parece factível. Talvez seja a hora de o STF, corretamente sacralizado na Constituição, aplicar a ética consequencialista: incorporar na sua decisão as prováveis consequências implícitas das soluções alternativas. Isso sugerirá que a “menos ruim” das saídas da crise é aceitar o sobrestamento, até 1º de janeiro de 2019, das questões que Temer deve esclarecer à Justiça. Com isso se dará nova força ao governo para continuar com as reformas. Tudo continuará funcionando e o crescimento talvez se mantenha.

É preciso insistir. Nada disso beneficiará Temer. Ele apenas carregará o ônus e no futuro próximo responderá pelo que tenha feito. Os reais beneficiários serão nossos filhos e netos. Um país precisa estar muito empobrecido mentalmente para ignorar uma saída da crise com menor custo social, por conta de filigranas principistas (de ocasião) que são importantes e serão recuperadas quando o Brasil já deverá ter aprovado boa parte das reformas. ●

colunistas@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO